

|                  |           |
|------------------|-----------|
| Acta N.º 02/2010 |           |
| Livro N.º        | Folha N.º |
| 35               | 135       |

**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**  
**ACTA N.º 02/2010 DE 21 DE JANEIRO**

----- Aos vinte e um dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dez, nesta Vila-Sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a segunda reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.<sup>a</sup> Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Manuel Marques Custódio, Dr.<sup>a</sup> Ana Cristina Ribeiro dos Santos e Dr. Avantino Loureiro Beleza.---

----- A reunião foi secretariada por mim, José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e dez minutos verificando-se haver “quorum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, cuja convocatória foi efectuada oportunamente nos termos legais.-----

**-----INFORMAÇÕES-----**

----- O Sr. Presidente da Câmara informou o Executivo sobre os seguintes assuntos:-----

- Deslocação a França no passado dia 08 para assinatura do tratado de Geminação - O Presidente da Câmara deu conhecimento do programa daquela deslocação e elogiou a forma como foi recebido quer pelos nossos emigrantes, quer pelas entidades oficiais.-----

- Implantação de Parque Eólico da Serra da Nave - Informou que está em negociações com a EDP Renováveis.-----

- Reunião no Planalto Beirão, na qual foi analisada a questão da taxa de lixo, tendo ficado decidido aumentar um euro por consumidor. Nesta reunião foi também analisada a dívida da autarquia ao Planalto Beirão no valor de trezentos e setenta mil euros.-----

- Na passada segunda feira houve uma reunião da Direcção da ADLAP, na qual se analisou a questão da atribuição do Programa PRODER.-----

- Elaboração do Regulamento de Taxas - reunião com a empresa que está a fazer o regulamento, e que até hoje ainda não apresentou qualquer projecto de regulamento, apenas nos foi apresentado um rol de taxas.-----

- Rancho Folclórico de Vila Nova de Paiva - Informou que reuniu com os dirigentes daquele grupo na qual lhe foi dada a conhecer a situação financeira do Grupo. Verificou recentemente que a Câmara lhe tem andado a pagar a renda desde Outubro de 2009, quando o contrato só foi assinado em Maio de 2009, contrário à deliberação camarária de 16 de Abril de 2009-----

- O Vereador Manuel Custódio referiu que as rendas se reportam à data de ocupação, que foi em Outubro de 2007, dada em que a Câmara começou a fazer as respectivas obras de adaptação do edifício.-----

- O Vereador Avantino Beleza, pediu que o informassem dos fundamentos que a DGODU, notificar o grupo a devolver o dinheiro recebido para a construção da sede e da dívida à Embeiral, que já moveu uma acção ao Rancho. O Rancho deve clarificar bem o que se está a passar por forma a não ficarem dúvidas.-----

- O Vereador Manuel Custódio referiu que tudo o que a Câmara fez foi de boa fé, se por um lado o rancho precisava de resolver os seus problemas financeiros a Câmara precisava de espaço para instalar o Julgado de Paz. Na altura foram à Coimbra à CCDRC onde reuniram com os juristas daqueles serviços, no sentido de saber se os fins para que foi concebido o edifício poderiam ser alterados.-----

- O Vereador Avantino Beleza alertou o Sr. Presidente para o problema de não sinalização e vedação de valas e outros que abrem na via pública quando procedem a reparações nas canalizações. Deve haver muito cuidado e o encarregado deve estar atento pois se houver algum acidente ou prejuízos em viaturas a Câmara é responsável. Alertou também para a incorrecta sinalização das passadeiras em vários locais da Vila.-----

----- Passou-se então à análise da “Ordem do Dia”, oportunamente enviada ao Executivo nos termos legais:-----

----- **1-** Apreciação e votação da acta da reunião ordinária do dia 07 Janeiro de 2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a acta da reunião ordinária de 07 de Janeiro.-----

----- **OBRAS PÚBLICA** -----

----- **POR EMPREITADA** -----

----- **a) Empreitada de Beneficiação da EN 329 – Troço: Touro (Km 15.600)/ Vila Nova de Paiva (Km 21.325)** – Adjudicatário: Embeiral – Empreiteiros das Beiras, S.A. – Restituição das Garantias e Extinção da Caução – Informação N.º 05-P/DOM/2010, de 12.01.2010. -----

----- Foi presente à reunião a Informação n.º 05-P/DOM/2010, do seguinte teor:-----

----- *“Relativamente ao assunto em epígrafe e à comunicação de 17.12.2009 da empresa adjudicatária, em que é afirmado que “não aceitamos o teor da vossa comunicação (Of. 877/DOM/09), nomeadamente no que toca às deficiências deteriorações indícios de ruína ou falta de solidez da obra, assim como desconhecemos quaisquer reclamações em tribunal relativamente ao assunto”, informa-se o seguinte:*-----

----- *1- Em 16.07.2009 foi efectuada a vistoria à obra para efeitos da recepção definitiva, nos termos do artigo 227º do D.L. 59/99, de 2 de Março.*-----

|                  |           |
|------------------|-----------|
| Acta N.º 02/2010 |           |
| Livro N.º        | Folha N.º |
| 35               | 135       |

----- 2- Na vistoria efectuada foram os intervenientes, representantes do dono da obra, de opinião que a obra não se encontrava em condições de ser recebida definitivamente em virtude de o pavimento manifestar uma degradação não aceitável para a utilização em causa.-----

----- 3- A adjudicatária em 01.09.2009, vem reclamar da não aceitação dos trabalhos alegando que: "...as anomalias detectadas no pavimento se deverão imputar a cargas excessivas de veículos pesados que se observam constantemente a circular na via em causa, mas contudo não podemos descartar a possível insuficiência da capacidade de carga, devido à pouca altura de projecto de camada de base tendo em conta a realidade de tráfego existente, sendo estas as prováveis razões para as anomalias evidenciadas no pavimento." Nesse momento, através da informação dos serviços nº 160-P/09, de 12.11.2009, foram colocadas diversas questões de carácter técnico que importa recordar. Assim, foi dito o seguinte:-----

-----Na obra verificam-se diversas deficiências que, admite-se, podem ter diversas causas. As principais deficiências são uma fissuração das camadas superficiais do pavimento e diversas depressões do mesmo.-----

Como se sabe, para definir a estrutura de um pavimento rodoviário, é necessário dispor de dados referentes a tráfego, condições climáticas, condições de fundação e materiais de pavimentação, pois todos estes factores influenciam o comportamento do pavimento.-----

----- Assim, considera-se que, atribuir as deficiências apenas a cargas excessivas ou a uma eventual falta de capacidade de carga do pavimento, é uma justificação que não tem em conta todos os factores que eventualmente poderão levar à degradação de um pavimento.-----

----- Foi então concluído que, dado que os factores que levam à degradação de um pavimento podem ser diversos, alguns dos quais da responsabilidade da adjudicatária, deve ser solicitado à firma adjudicatária que proponha uma solução para a resolução das anomalias existentes na obra.-----

----- A adjudicatária nunca deu qualquer resposta ao então solicitado.-----

----- Relativamente ao cancelamento das garantias e restituição dos valores retidos para reforço da caução importa informar o seguinte:-----

----- 1- Em 28.05.2009, a adjudicatária solicitou ao município que procedesse à extinção da caução e à restituição das quantias retidas para reforço da caução. Em relação ao solicitado foi informado, através da informação nº 98-P/09, de 17.06.2009, que dado que na recepção definitiva da obra tinham sido detectadas deficiências não deveria ser extinta a caução nem se deveria proceder à restituição das quantias retidas.-----

----- 2- Mais tarde, em 11.09.2009, foi presente uma comunicação da companhia de seguros a informar do cancelamento do seguro-caução relativo à empreitada.-----

----- *Mais uma vez foi informado, através da informação nº141-P/09, de 16.10.2009, que não poderia proceder-se a qualquer cancelamento de cauções ou restituição das quantias retidas dado que tinham sido detectadas deficiências na obra e existirem reclamações em tribunal das quais estes serviços desconhecem o resultado. Vem agora a adjudicatária, através da comunicação de 17.12.2009, alegar que foi informada através do ofício nº 2585/DAF/SF/SC, de 07/09/2009, de um despacho da presidência de 18/06/2009, que autorizou o cancelamento dos seguros –caução.*-----

----- *Analisado o processo da DAF e da DOM pode concluir-se que tal situação se tratou de um lapso dos serviços, dado que o despacho da presidência era de facto “de acordo” mas a informação era no sentido de indeferir o pedido.*-----

*Relativamente ao despacho atrás referido anexa-se cópia do mesmo, bem como do ofício a informar do respectivo despacho.*-----

*Relativamente às deficiências da obra, e dado que pela averiguação efectuada foi possível perceber que houve um lapso que levou a esta situação, deve o empreiteiro responder ao solicitado na informação nº 160-P/09.*-----

----- *Deve realçar-se o facto de que mesmo que as garantias tenham sido indevidamente canceladas, este facto não retira qualquer responsabilidade à adjudicatária sobre as deficiências da obra das quais se venha a confirmar serem da sua responsabilidade. Alias, torna-se necessário que a adjudicatária se pronuncie para que se possa concluir e apurar a responsabilidade para que se proceda às reparações necessárias tendo em vista efectuar a recepção definitiva da obra, a qual ainda não foi realizada.*-----

----- *Assim não tem qualquer fundamento legal a afirmação da adjudicatária de que não aceita as deficiências apontadas à obra aquando da realização da vistoria.*

*Quanto às reclamações das quais existe um processo a decorrer em tribunal, e dos quais estes serviços desconhecem o seu resultado, referiamo-nos às apresentadas por Marciano Ferreira do Souto e Mapa Sport. “*-----

----- *O Vereador Avantino Beleza, referiu que quem oficiou para extinção das cauções tem de ser responsabilizado.*-----

----- *O Vereador Manuel Custódio referiu que este assunto é um assunto administrativo.*---

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

-----**OBRAS PARTICULARES** -----

----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a)** Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada no período compreendido entre o dia 02 a 15 de Janeiro de 2010. -----

|                  |           |
|------------------|-----------|
| Acta N.º 02/2010 |           |
| Livro N.º        | Folha N.º |
| 35               | 135       |

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **b) Constituição de compropriedade de um prédio rústico**, sito ao Lugar de Cruz da Campa, em Vila Nova de Paiva, inscrito na matriz sob art.º 580, com a área de 5880m2 - Requerente: José Manuel Milheiro Afonso – Parecer Técnico n.º JF-415/2009 – Processo n.º 312/2009, da DUA, de 30.12.2009. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade dar parecer favorável para a constituição de compropriedade, do prédio rústico em epígrafe.-----

----- **c) Constituição de compropriedade de prédios rústicos**, inscritos na matriz sob os art.º 4471, com a área de 160m2, sito ao Lugar de Corgo Seco, art.º 5190, com a área de 12900 m2, sito ao lugar de vale do Cortiço, art.º 5796, com a área de 2400 m2 lugar de 5804, com a área de 1060 m2, art.º 5804, com a área de 3300 m2 sitos ao Lugar de Vinha de Santa Barbara, art.º 6399, com a área de 1250 m2, sito ao lugar de Silveira, da matriz predial rústica da Freguesia de Pendilhe – Requerente: António dos Santos Pereira – Parecer Técnico n.º JF-011/2010, Processo n.º 2/2010, de 05.01.2010.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade dar parecer favorável para a constituição de compropriedade, dos prédios rústicos em epígrafe.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

----- **a) 12.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR)**, para o ano financeiro de 2009 – Conhecimento da alteração aprovada por despacho da Presidência de 30.12.2009. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **b) 14.ª Alteração ao Orçamento**, para o ano financeiro de 2009 – Conhecimento da alteração aprovada por despacho da Presidência de 30.12.2009.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento.-----

----- **c) Agrupamento de Escolas Aquilino Ribeiro, de Vila Nova de Paiva** – Por ofício N.º 1480, de 10 de Dezembro, registado em 11.12.2009, solicitam atribuição de subsídio para o Jornal Escolar “O Malhadinhas”.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de duzentos euros.-----

----- **d) Associação Desportiva, Cultural e Recreativa da Malhada, Vila Cova à Coelheira** – Por ofício N.º 16, de 6 de Dezembro, registado em 10.12.2009, informam da realizada da sua festa de natal, com actividades de carácter desportivo e recreativo e distribuição de prendas pelas crianças até aos 11 anos de idade, e solicitam apoio para a compra das prendas para as crianças.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de uma subsídio no montante de centos e cinquenta euros.-----

